



Bruno Spada/MDS



Trabalhadores rurais poderão receber PIS-Pasep

Projeto de lei aprovado ontem na Comissão de Agricultura assegura abono salarial do PIS-Pasep a empregado contratado por pessoa física na cidade ou no campo, como é o caso de empregado doméstico, caseiro e trabalhador rural

A lei que regulamenta o abono salarial (Lei 7.998/1990) será modificada para prever o direito ao benefício não apenas aos empregados de pessoas jurídicas, mas também aos de pessoas físicas, contratados nas cidades ou no campo.

Autor da proposta, o senador Antonio Carlos Valadares classificou como “odiosa

discriminação” o fato de os empregados de pessoas físicas terem sido excluídos do grupo de beneficiários do abono salarial.

Medida estenderá o abono salarial a pelo menos 1 milhão de trabalhadores rurais temporários e a 2 milhões de empregados domésticos. O projeto vai à Comissão de Assuntos Sociais, onde será votado em decisão terminativa. **7**

Agricultor colhe alface em plantação: entidades representativas dos trabalhadores rurais demandam que a categoria também receba o benefício já pago aos empregados vinculados a pessoas jurídicas

Clubes de futebol pedem apoio para pagar dívidas **4**

Senadores dizem que STF precisa decidir sobre áreas indígenas **6**

Comissão apoia reingresso do Paraguai no Mercosul

Membros da Comissão de Relações Exteriores concordaram que a posse do presidente do Paraguai, Horacio Cartes, abre

caminho para a volta do país ao Mercosul. A comissão aprovou indicados às embaixadas na Romênia e em Barbados. **8**

Pedro Franco/Agência Senado



Ferraço (C) preside sessão que aprovou nomes de Andrade (E) e Seixas (D)



Renan Calheiros discursa no lançamento do livro: democracia e liberdade de expressão previstas na Constituição

Livro comemora 25 anos da Constituição

Foi lançado ontem no Senado o livro *Constituição de 1988, 25 anos — A construção da democracia e liberdade de expressão*. A obra, publicada pelo Instituto

Vladimir Herzog, mostra os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte e destaca a importância da Carta para a garantia da liberdade de expressão no país. **2**

Consultor alerta para retrocesso no Código de Mineração **5**

Relator do voto aberto acha difícil a aprovação **3**

Decisão do TSE sobre a Rede é questionada em Plenário **3**



MULHER,
TOME PARTIDO.

A política precisa de mais mulheres

Uma autêntica democracia requer maior participação das mulheres na política. Embora alcancem mais da metade da população, as mulheres ainda estão em minoria nos cargos eletivos dos Poderes.

Filie-se a um partido até 5 de outubro e participe das próximas eleições.

SENADO FEDERAL

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Lançada ontem no Senado, publicação sobre os 25 anos da lei máxima do Brasil mostra trabalhos da Assembleia Constituinte e destaca a importância do dispositivo que garante a liberdade de expressão

Livro explica processo que deu forma à Constituição

O SENADO ASSISTIU ontem ao lançamento de um livro sobre os 25 anos da Constituição, comemorados amanhã. A obra *Constituição de 1988, 25 Anos — A Construção da Democracia e Liberdade de Expressão: o Brasil antes, durante e depois da Constituinte* foi apresentada no Salão Nobre, em cerimônia que teve a presença do presidente da Casa, Renan Calheiros.

O livro é publicado pelo Instituto Vladimir Herzog com apoio do Instituto Palavra Aberta, das Organizações Globo e do Congresso Nacional. A coordenação é do jornalista Marcos Emílio Gomes.

A publicação explica como a Constituição foi elaborada e mostra a importância da Carta para a consolidação da democracia e a conquista de direitos. Foram ouvidos parlamentares da Assembleia Nacional Constituinte de 1987 e 1988, entre eles Fernando Henrique Cardoso, Bernardo Cabral, José Genoino, Roberto Freire e Mauro

Benevides. A obra apresenta fotos e documentos da época. Além disso, há uma descrição das constituições anteriores e textos analíticos de jornalistas como Eugênio Bucci, Clóvis Rossi, Mino Carta, Franklin Martins e Alexandre Garcia.

Democracia

Na solenidade, Renan — que foi deputado constituinte — comemorou o fato de o Brasil atravessar o mais longo período contínuo de plena democracia, “sem qualquer ameaça ao regime democrático”, e lembrou algumas das inovações contidas na lei máxima do país, como a limitação da jornada de trabalho, o salário mínimo nacional, os direitos de índios e quilombolas, o voto a partir dos 16 anos e a criação da Defensoria Pública.

— Vê-se que nossa Constituição Cidadã não foi assim batizada gratuitamente. Além de uma série de inovações, ela alavancou nosso conceito de

cidadania — afirmou Renan.

A liberdade de imprensa e de expressão, garantida pela Constituição de 1988, foi destacada na solenidade. O presidente do Senado disse que cumprirá o compromisso de impedir “qualquer ensaio” de limitar a liberdade dos meios de comunicação. Para ele, a imprensa é insubstituível na democracia moderna.

Ana Amélia (PP-RS), que é jornalista, afirmou que a liberdade não pode estar vulnerável aos “governos de momento” e deve ser defendida “com vigilância”.

— Como em qualquer tempo, quando se discute a relação entre governo e imprensa, surge a tentação da chamada regulação social. A liberdade de expressão pode ser muito inconveniente porque incomoda figuras públicas, alvos de denúncias. Tem sempre alguém achando que sabe o que é melhor para liberdade dos outros — disse a senadora.

Mozarildo Cavalcanti volta a denunciar governo de Roraima por corrupção

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) voltou a criticar o governo de Roraima, que chamou de corrupto, e o acusou de realizar uma “verdadeira farrá” com o dinheiro público, causando o endividamento do estado. Em pronunciamento ontem, o parlamentar pediu aos órgãos fiscalizadores que investiguem as contas do governo



Waldemir Barreto/Agência Senado

nos últimos seis anos para comprovar as denúncias de desvio e enriquecimento ilícito do governador, José de Anchieta Júnior.

— O que se vê é a falência do estado e um grupo de pessoas ficando milionárias — afirmou.

O parlamentar lembrou que operações da Polícia Federal já comprovaram as denúncias.



Moreira/Almeida/Agência Senado

O fortalecimento da comunicação do Senado, tanto em relação à sociedade quanto ao público interno, foi discutido ontem entre o diretor-geral, Helder Rebouças (C), e o diretor de Comunicação Social, Davi Emerich (3º à esq.). A reunião contou com a participação dos diretores-adjuntos dos dois órgãos e coordenadores da TV, Rádio, Agência e Jornal do Senado.

Randolfe Rodrigues apoia avaliação de desempenho de servidores do Senado

O senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) afirmou ontem que ele e a maioria dos parlamentares questiona o Ato da Mesa 52/2013, que revogou ato anterior fixando

o período de avaliação de desempenho dos funcionários do Senado.

Na prática, a revogação inviabiliza a concessão do benefício.

Suplicy cobra instalação de bicicletários, reivindicados por funcionários da Casa

Durante a sessão plenária de quarta-feira, Eduardo Suplicy (PT-SP) voltou a pedir à Mesa do Senado um posicionamento sobre reivindicação de servidores para

instalação de bicicletários nas dependências da Casa.

Suplicy disse que o pleito é justo, pois o uso de bicicletas “faz bem à saúde e não polui”, além de diminuir o trânsito.



Marcos Oliveira/Agência Senado

O presidente do Senado, Renan Calheiros, discursa na cerimônia de lançamento do livro sobre os 25 anos da Constituição

Souza lembra os 25 anos da Carta Magna

Em pronunciamento na quarta-feira, Sérgio Souza (PMDB-PR) comemorou os 25 anos da Constituição, que transcorrem amanhã. Lembrou que este quarto de século foi “um dos maiores períodos de democracia no país”. O parlamentar afirmou que a Constituição de 1988 ainda é considerada uma das mais

avançadas do mundo quanto às garantias individuais e coletivas. Citou, entre outros avanços, a licença-maternidade de 120 dias, a licença-paternidade de 5 dias e o fim da censura prévia a emissoras de rádio e televisão.

O senador lembrou que a Constituição já recebeu 74 emendas. A promulgação

da Emenda 75, resultante da chamada PEC da Música (PEC 123/2011), está marcada para o próximo dia 15.

Sérgio Souza disse que “gostaria imensamente” de que a PEC 43/2013 — que acaba com voto secreto no Poder Legislativo e da qual ele é relator — fosse a 76ª emenda da Constituição.

Suplicy destaca trabalho das Comissões da Verdade



Waldemir Barreto/Agência Senado

Senador critica detenção de jornalista brasileira em universidade americana

Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou ontem o trabalho da Comissão Nacional da Verdade e contou que, na quarta-feira, a Comissão da Verdade do Rio de Janeiro ouviu o ex-tenente Dulene Garcez, acusado de torturar o comunista Mário Alves, que deu a mesma resposta para mais de 30 perguntas: “Nada a declarar”.

Suplicy registrou a aprovação ontem, na Comissão de Relações Exteriores, de requerimento para apresentação de voto de censura à direção da Universidade de Yale, nos Estados Unidos, pela detenção da jornalista brasileira Cláudia Trevisan, correspondente do *Estado de S. Paulo*, quando ela tentava localizar o presidente do Supremo, Joaquim Barbosa.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Sessão de discursos

9h A sessão não deliberativa de hoje é destinada a pronunciamentos de senadores e comunicados da Mesa.

PRESIDÊNCIA Senado da Argentina

10h30 O senador Renan Calheiros recebe o presidente do Senado da Argentina, Amado Boudou.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



Relator da proposta, Sérgio Souza anuncia que até terça-feira vai consultar líderes partidários para decidir sobre o parecer

Souza vê dificuldade para aprovar PEC do Voto Aberto

No Plenário do Senado, proposta precisa de 49 votos a favor, mas enfrenta resistência devido ao temor de pressão na análise de vetos presidenciais e de indicados a cargos pela Presidência da República

O RELATOR DA proposta de emenda à Constituição (PEC) que acaba com o voto secreto no Legislativo (PEC 43/2013), Sérgio Souza (PMDB-PR), considera difícil reunir os 49 votos necessários para aprovar a proposta sem mudanças, no Plenário do Senado.

A permanência do impasse ficou evidente na quarta-feira, quando os líderes partidários decidiram reenviar a proposta à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para análise de três emendas apresentadas.

Sem opinar sobre o conteúdo das emendas, Souza disse que vai consultar os líderes até terça-feira para decidir se recomendará ou não a aprovação. As emendas incidem não só sobre a PEC 43/2013, mas também sobre a PEC 20/2013, de Paulo Paim (PT-RS), e a PEC 28/2013, de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), as quais tramitam em conjunto.

Não fossem as três emendas — de Lobão Filho (PMDB-MA), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e Romero Jucá

(PMDB-RR) —, a PEC 43/2013 já estaria em condições de ser votada em primeiro turno no Plenário.

Sérgio Souza chegou a se prontificar, com a concordância do presidente do Senado, Renan Calheiros, a dar o parecer sobre as novas emendas no próprio Plenário, com o objetivo de agilizar o processo de votação. Prevaleceu, no entanto, o entendimento de que a análise deveria ocorrer na CCJ, em reunião que ficou marcada para quarta-feira.

Emendas propõem exceções para o sigilo

As emendas de Lobão Filho e Aloysio pretendem acabar com o voto secreto apenas nas cassações de mandato parlamentar. A de Jucá também torna aberta a votação de vetos presidenciais. A resistência de alguns senadores está no fim do voto secreto para escolha de autoridades e exame de vetos.

Um meio-termo é oferecido pela PEC 28/2013, que mantém o sigilo para escolha

de juízes e para escolha e exoneração do procurador-geral da República. A votação seria pública na análise de indicações de ministros do Tribunal de Contas da União, chefes de missão diplomática, presidente e diretores do Banco Central, governador de território, titulares de outros cargos que a lei determinar e membros dos Conselhos Nacional de Justiça (CNJ) e do Ministério Público (CNMP).

Ao analisar as novas emendas, Souza observou que a grande questão levantada agora é ver se os senadores vão modificar o texto aprovado pela Câmara, o que atrasaria a aprovação final. Se a proposta passar pelos dois turnos de votação no Plenário do Senado sem mudanças, poderá ser promulgada imediatamente pelo Congresso. A expectativa do senador é de que isso possa acontecer ainda este ano.

Figueiró critica TSE por posição contra partido de Marina

Ruben Figueiró (PSDB-MS) questionou ontem os critérios adotados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em relação ao registro do partido Rede Sustentabilidade. Horas mais tarde, o TSE negaria a criação do partido da ex-senadora Marina Silva por entender que faltaram as assinaturas de apoio necessárias. A intenção de Marina era que a agremiação fosse criada a tempo de disputar as eleições do ano que vem.

O senador lembrou que o tribunal confirmou na semana passada a criação dos partidos Pros e Solidariedade, apesar das denúncias de fraudes nas assinaturas de apoiadores.

— Conseguiram [Pros e Solidariedade] seus respectivos

registros e serão investigados e punidos posteriormente, numa clara demonstração de “flexibilização” do entendimento da legislação — avaliou ele, também citando o PSD, criado no ano passado, como beneficiário da “benevolência” do TSE.

Na opinião do senador, o Tribunal Superior Eleitoral

deveria conceder registro provisório à Rede, dando prazo razoável para verificação das assinaturas de apoio. Ele sublinhou que o Ministério Público Eleitoral deu parecer contrário ao registro da Rede mesmo negando ter constatado qualquer indício de fraude no pedido — o que, para Figueiró, não faz sentido.



Marina Silva assiste à sessão em que o TSE negou registro à Rede Sustentabilidade

Casildo diz que Legislativo não pode mais adiar reforma política

Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse que o Legislativo deve debater com urgência as reformas política e eleitoral. O senador destacou, entre os temas que devem

ser discutidos, as regras de fidelidade partidária, o financiamento de campanha e o limite às reeleições no Legislativo.

— O Legislativo não pode mais adiar essa discussão, sob pena de promover um indesejável atraso em nosso desenvolvimento democrático.

Casildo criticou as atuais regras da legislação eleitoral que permitem aos parlamentares, ao trocar de partido, levar consigo os recursos do



Fundo Partidário e o tempo de propaganda eleitoral na TV, proporcionais aos votos recebidos. Para o senador, a medida estimula o troca-troca e enfraquece os partidos.

— É justamente aí que surge o troca-troca partidário que estamos presenciando nesse momento, em nada contribuindo para o aprimoramento democrático e, com raras exceções, com pouca ou nenhuma motivação ideológica.

Em relação ao financiamento das campanhas eleitorais, o senador propõe que as contribuições privadas devem vir exclusivamente de pessoas físicas, contribuindo para a independência dos eleitos.

Paim homenageia vereadores e anuncia marcha em novembro

Paulo Paim (PT-RS) homenageou ontem todos os vereadores do Brasil, cujo dia nacional foi comemorado na terça-feira. Para o senador, os vereadores são um dos principais agentes políticos brasileiros, devido ao contato direto com os cidadãos.

— Muitas vezes o vereador é o primeiro a ser criticado, por estar mais perto da população. É a primeira porta que se abre na busca de mais saúde, educação, qualidade de vida, soluções para o bairro e para a rua. Seu carro vira, muitas vezes, ambulância. Ele leva em sua própria denominação a expressão “ver a dor”.

Segundo Paim, o papel de atendimento das reivindicações da população não tem

sido valorizado e vereadores não podem ser lembrados só em períodos eleitorais.

O senador informou que foi convidado para dar palestra na Marcha dos Vereadores, de 26 a 29 de novembro, em Brasília. Segundo ele, a Marcha deverá ter a presença da presidente Dilma Rousseff, do governador de Pernambuco, Eduardo Campos, do senador Aécio Neves (PSDB-MG), do presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, e do presidente do Senado, Renan Calheiros.

Paim apoiou a reivindicação das Apaes de manutenção, no texto da Meta 4 do Plano Nacional de Educação, do atendimento especializado às pessoas com deficiência.

Sem acordo de líderes, pauta do Plenário continua trancada

Jorge Viana (PT-AC), que presidiu a sessão ontem, abriu e encerrou logo a ordem do dia porque não havia acordo de líderes para votar a Medida Provisória 624/2013, que tranca a pauta do Plenário. A MP destina ajuda financeira de R\$ 1,5 bilhão para municípios e R\$ 148 milhões para o pagamento de subvenção econômica a produtores de cana-de-açúcar do Nordeste. A MP perde a validade no dia 13 e será examinada nas próximas sessões deliberativas.

Também estavam na pauta outros 35 itens, entre propostas de emenda à Constituição, projetos de lei e requerimentos. Algumas propostas tramitam

em regime de urgência. É o caso do PLS 15/2011, que institui o Programa Fronteira Agrícola Norte, com incentivos para municípios de Amapá, Pará, Roraima, Amazonas, Rondônia e Acre cujas sedes estejam em faixa da fronteira.

Outro projeto que também está em regime de urgência é o substitutivo (SCD 98/2002) a projeto de lei complementar do Senado que regulamenta a criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios. Pela proposta, as assembleias legislativas do país vão recuperar a condição de examinar a criação de novos municípios, suspensa há 17 anos.

Dirigentes estão negociando com o Ministério do Esporte pagamento de R\$ 4,8 bilhões em dívidas com a Receita e a Previdência sem inviabilizar o funcionamento dos clubes

Clubes pedem apoio no Senado para quitar dívidas

DIRIGENTES DE ALGUNS dos principais clubes de futebol do país visitaram ontem o presidente do Senado, Renan Calheiros, para pedir apoio do Congresso a uma proposta que poderá quitar as dívidas da maior parte dos times que disputam as Séries A e B do Campeonato Brasileiro com a Receita Federal e Previdência Social. O valor gira em torno de R\$ 4,8 bilhões. O presidente do Senado prometeu que conversará com o ministro do Esporte, Aldo Rebelo, sobre o assunto.

Entre as ideias para abatimento das dívidas com o governo, está a possibilidade de retenção de um determinado valor na fonte das receitas globais dos clubes por um período que garanta o pagamento

do débito, sem inviabilizar o funcionamento das agremiações. Outra saída é vincular as receitas da Timemania ao pagamento das dívidas.

A proposta, que conta com apoio do Clube dos 13 e da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), prevê punições para os times que não cumprirem o pagamento da dívida — como, por exemplo, a exclusão de competições oficiais organizadas pela CBF.

A comitiva de dirigentes esportivos propõe que os clubes que atrasarem salários e não cumprirem outras obrigações trabalhistas sejam punidos com a perda de pontos em campeonatos.

— Trouxemos esse conceito ao Ministério do Esporte e



Representantes de clubes visitam Viana (5º à esq.) e Renan (4º à esq.), que prometeu conversar com o Ministério do Esporte

também ao Senado. Não há condições de continuar com essa dívida sendo protelada. Nós queremos pagar essa conta — afirmou o presidente do Coritiba Foot Ball Club, Wilson

Ribeiro de Andrade, que coordena a comissão dos clubes que negocia com a Receita Federal e o Ministério do Esporte.

O presidente do Botafogo de Futebol e Regatas, Mauricio Assumpção; o vice-presidente para o Centro-Oeste da CBF, Weber Magalhães; e o presidente do Esporte Clube Vitória, Alexi Portela, participaram da reunião.

Segundo Jorge Viana (PT-AC), que acompanhou os representantes dos clubes durante a visita, o Congresso vai trabalhar para encontrar mecanismos que garantam o pagamento das dívidas e que, ao mesmo tempo, não inviabilizem o funcionamento das agremiações esportivas.

— Não é isenção ou anistia, é trabalhar para que as dívidas sejam pagas — observou o parlamentar.

Durante a reunião, os dirigentes agradeceram a aprovação pela Casa do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 23/2013, que possibilita aos clubes em atraso com a Timemania negociarem o retorno à loteria federal. A proposta foi aprovada pelo Plenário na terça-feira e depende agora da sanção presidencial.

De acordo com o texto, o retorno dos clubes excluídos será permitido desde que quitem as dívidas até 31 de outubro de 2013. A medida determina que os clubes inadimplentes só poderão ser excluídos da loteria se não atenderem a intimação para complementar o pagamento mensal do parcelamento da dívida quando a cota deles arrecadada pela loteria for insuficiente. Hoje, a exclusão é automática.



Uma das propostas sugeridas pelos clubes foi a retenção de parte das receitas das agremiações, como venda de ingressos

Couto quer recomeçar coleta de assinaturas para CPI do Futebol

Mário Couto (PSDB-PA) informou na quarta-feira, em Plenário, que deve voltar a colher assinaturas para a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investigue as federações estaduais e a Confederação Brasileira de Futebol (CBF). O senador quer investigar a prestação de contas dessas entidades, que recebem dinheiro público.

Couto criticou o fato de dirigentes das federações se manterem durante sucessivos mandatos à frente dessas entidades. Segundo o parlamentar, em Mato Grosso, Roraima e Santa Catarina, os presidentes das federações estão há mais de 30 anos nos cargos.

Sobrinho lamenta falta de investimentos na educação

Oswaldo Sobrinho (PTB-MT) chamou a atenção para o crescimento do número de analfabetos no Brasil, que saltou de 12,9 milhões para 13,2 milhões, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Foi a primeira vez que a quantidade de brasileiros com 15 ou mais anos de idade que não sabem ler e escrever subiu nos últimos 15 anos, informou o parlamentar.

Em pronunciamento ontem, Sobrinho destacou a opinião do presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Marcelo Neri, para quem o resultado do IBGE pode estar relacionado com a maior expectativa de vida da população brasileira. Ou seja, o analfabeto, hoje, vive mais, alterando a estatística.

O senador lamentou a falta de investimentos na educação, que resulta na desvalorização dos profissionais da área, assim como na falta de dignidade e respeito no ambiente escolar.

Aumento do número de analfabetos é preocupante, diz Cyro

Em discurso no Plenário ontem, Cyro Miranda (PSDB-GO) lamentou o crescimento do número de analfabetos no Brasil. Com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), o parlamentar apontou que o país ganhou 300 mil analfabetos acima de 15 anos de 2011 para 2012.

— Se estivesse estagnado, a vergonha já seria grande — apontou.

O senador disse que é grave o fato de o país não ter erradicado o analfabetismo até hoje, mesmo depois de 25 anos da promulgação da Constituição, conhecida como Constituição Cidadã. Na visão de Cyro, o Brasil está longe de promover a universalização de um dos pontos básicos da cidadania: o domínio da leitura e da escrita. Ele apontou que, com mais cultura, o cidadão se protege mais e se prepara melhor para o ingresso no mercado de trabalho.

Luiz Henrique sugere debater baixa qualidade das universidades

Ao comentar em Plenário ontem notícia veiculada na imprensa brasileira sobre o rebaixamento da Universidade de São Paulo (USP) em ranking mundial de universidades, Luiz Henrique (PMDB-SC) manifestou preocupação com a qualidade do ensino superior no Brasil em relação aos países desenvolvidos e sugeriu a realização de uma audiência pública na Comissão Senado do Futuro para discutir o problema.

Para Luiz Henrique, não há justificativa para um país que é a sétima economia do planeta não possuir um ensino superior de alta qualidade, em padrão equivalente ao das melhores instituições do mundo.

Cristovam critica insensibilidade do governo com educação

Cristovam Buarque (PDT-DF) criticou ontem a indiferença do governo da presidente Dilma com a educação. O senador lamentou que a presidente não tenha se pronunciado sobre os resultados do ranking da Times Higher Education (THE) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2012 que revelaram, respectivamente, a saída da Universidade de São Paulo (USP) da lista das 200 melhores do mundo e o aumento do número de analfabetos no país.

— É essa insensibilidade para os assuntos da educação que deixa o governo em uma posição insustentável diante da opinião pública e, sobretudo, diante do futuro do Brasil — protestou.



Couto critica longa permanência de dirigentes nas entidades de futebol



Luiz Henrique quer discutir o futuro das universidades brasileiras



Cristovam diz que resultados ruins causariam revolução em outros países

Segundo especialista do Senado, marco regulatório proposto pelo governo inibe empreendedorismo; também foi apontado o excesso de artigos dependentes de regulamentação

Lio de Paula/Agência Senado



Bustamante debate sobre mineração, ao lado consultor-geral do Senado, Paulo Mohn (2º à dir.), e outros consultores

Consultor vê falhas em projeto de lei da mineração

EM COMPARAÇÃO COM a lei atual, o novo Marco Legal da Mineração (PL 5.807/2013), em análise na Câmara, pode significar um retrocesso. Assim avaliou o consultor Luiz Alberto Bustamante, que falou sobre o projeto no seminário Novo Marco Regulatório da Mineração, organizado pela Consultoria Legislativa do Senado.

O consultor apontou, no texto proposto pelo governo, artigos inconstitucionais e risco de desestímulo ao empreendedorismo.

— Embora o marco legal atual tenha coisas que possam ser melhoradas e possa ser escrito de uma forma um pouco menos detalhada, as bases, as linhas gerais do atual Código de Mineração são melhores

do que as linhas do código proposto — afirmou.

O “ponto mais fraco” do projeto, na opinião de Bustamante, é a eliminação do direito de prioridade, que garante a outorga do poder público a quem primeiro requerer uma área para a realização de pesquisa mineral. No novo texto, o direito de prioridade deixa de existir e a empresa interessada em pesquisar e explorar uma área terá que participar de uma chamada pública.

Para ele, a mudança seria um “castigo ao empreendedorismo”. O interessado, ao requerer autorização de pesquisa para determinada área, geralmente o faz com base numa análise preliminar que indicou a possibilidade da descoberta de

um depósito mineral. Com a mudança, o investimento nessa busca seria desestimulado.

— Com a chamada pública, ele vai ser obrigado a tornar público esse conhecimento que ele tem e outras pessoas vão poder disputar em igualdade de condições aquela área que ele acha promissora. Isso desestimula a busca da riqueza mineral — explicou.

Outro ponto criticado é o excesso de artigos que dependem de regulamentação. Para o consultor João Trindade Cavalcante Filho, o setor precisa de estabilidade nas regras:

— Se você joga tudo em regulamentação, ele pode ser mudado de um dia para o outro. Num setor que movimenta bilhões, é preciso haver estabilidade.

Texto proíbe pessoa física de explorar minérios

Na proposta de marco regulatório da mineração, há dúvidas quanto à constitucionalidade de diversos artigos. Um deles é o que tira das pessoas físicas a possibilidade de realizar o aproveitamento mineral. Na opinião dos consultores do Senado, a medida é meritória, porque busca evitar a especulação, mas é inconstitucional porque a Constituição prevê a possibilidade de exploração por pessoa física.

Os consultores alertaram para o risco de quebra de contratos vigentes, presente nas regras de transição do projeto. No caso de transferência de lavra outorgada antes da aprovação do projeto, o texto prevê a exigência de um novo contrato de concessão.

Quanto à Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem),

conhecida como royalties da mineração, o projeto muda as alíquotas e a base de cálculo, mas não altera os percentuais repartidos entre União, estados e municípios, como ocorreu nos royalties do petróleo. Segundo o consultor Luiz Alberto Bustamante, as mudanças devem gerar discussão, mas em patamares menores do que nos royalties do petróleo:

— A Cfem representa menos dinheiro que os royalties do petróleo. No ano passado, foram R\$ 2 bilhões, enquanto os royalties do petróleo foram R\$ 30 bilhões, com a expectativa de aumentar com o pré-sal.

No seminário, pessoas de todo o país fizeram perguntas pelas redes sociais e pelo Portal e-Cidadania, do Senado. No portal, é possível ter acesso à apresentação feita por Bustamante.



Exatção de minério em MG: proposta do governo muda regras do setor

Aloysio Nunes lamenta a deterioração da economia brasileira

Ao citar indicadores desfavoráveis sobre inflação, produto interno bruto (PIB) e confiança dos investidores, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) avaliou ontem que a economia brasileira vem se deteriorando e condenou o que considera uma postura conformista do governo. Ele comparou as notícias sobre o aumento do número de analfabetos com a reação do Banco Central ao rebaixamento dos títulos da dívida brasileira por agências internacionais.

— O Banco Central continua minimizando os sinais que estão aí claríssimos aos olhos de todos — comentou.

Aloysio disse que a inflação deverá atingir a média de 6% ao ano no governo Dilma Rousseff. Advertiu que o “represamento” dos preços é insustentável e tem causado grave descapitalização na Petrobras. O senador comentou a expectativa de elevação dos juros em resposta às pressões inflacionárias, o que, segundo ele, deverá deixar o índice de crescimento do PIB abaixo dos 2,5% previstos. Aloysio acusou o ministro da Fazenda, Guido Mantega, de gerar desconfiança nos investidores ao tentar encobrir o descontrole.

Em aparte, Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que o governo precisa despertar para o fato de que o Brasil não está em “céu de brigadeiro”.

Sobrinho afirma que Brasil precisa solucionar grandes gargalos



que atravancam o crescimento e o desenvolvimento.

— É imperioso que saibamos compreender os sinais de alerta, para que possamos reagir no sentido da auto-crítica e da correção de rumos quando necessário — afirmou.

O senador se disse preocupado com as possíveis repercussões de recente reportagem da revista inglesa *The Economist* que colocou em dúvida a capacidade do Brasil de manter crescimento econômico sustentado.

Oswaldo Sobrinho disse que merece atenção a advertência da revista de que o Brasil estaria a caminho da falência administrativa e que a economia brasileira estaria em um rumo perigoso.

Para o senador, o Brasil precisa de investimentos maciços em infraestrutura para acabar com os gargalos que impedem um crescimento econômico mais significativo, como a logística de transporte da produção agrícola.

Em discurso na quarta-feira, o senador Oswaldo Sobrinho (PTB-MT) afirmou que o Brasil precisa mudar de rumo para conseguir solucionar os “grandes gargalos”

Ana Amélia anuncia renegociação de dívidas para produtores gaúchos

Em discurso no Plenário ontem, a senadora Ana Amélia (PP-RS) comemorou a autorização do Conselho Monetário Nacional (CMN) para os bancos renegociarem as dívidas de produtores gaúchos de milho e soja que foram atingidos pelos períodos de seca entre os anos 2003 e 2011.

Conforme explicou Ana Amélia, os produtores prejudicados pela estiagem têm até 30 de dezembro para buscar a renegociação. A dívida poderá ser paga em até dez anos, com juros de 5,5% ao ano. A senadora registrou que as dívidas do setor podem chegar a R\$ 400 milhões. De acordo com a parlamentar, foram muitas reuniões e audiências públicas, até que a decisão do governo fosse tomada. Ela ainda agradeceu representantes do Banco do Brasil e do governo, além de deputados e senadores que colaboraram para que a renegociação fosse autorizada.

— Essa decisão prova a utilidade do Parlamento no trato dessas questões — afirmou a senadora, lembrando que tem trabalhado muito para amenizar a situação dos produtores gaúchos atingidos pela seca.

Senadora elogia MP que melhora armazenagem e beneficia Santas Casas

A senadora Ana Amélia (PP-RS) comemorou, na quarta-feira, a aprovação da Medida Provisória 619/2013, que amplia e melhora a capacidade de armazenagem de grãos no país. De acordo com a senadora, a urgência da medida é justificável não apenas porque melhora a capacidade de armazenamento de grãos, mas também porque impacta direta e positivamente nas contas das Santas Casas e dos hospitais filantrópicos.

O Programa de Fortalecimento das Santas Casas (Prosus) foi incluído na MP para “acelerar” a aprovação da medida que anistia 2.100 Santas Casas que se tornarem adimplentes nos próximos 15 anos.

Ana Amélia lamentou a situação crítica da dívida das Santas Casas e dos hospitais comunitários e disse que a medida dará um fôlego a essas instituições tão importantes para a saúde da população.

— Em todo o Brasil, boa parte dos R\$ 15 bilhões em dívidas por essas instituições, mais de R\$ 4,8 bilhões, se referem a despesas tributárias. Ao mesmo tempo, as mais de 2 mil Santas Casas existentes no país cuidam de 51% de atendimentos de saúde, portanto, mais da metade — explicou a senadora.



Figueiró, com apoio de Moka, defende que o governo reserve recursos no Orçamento para ampliar terras indígenas

Senadores cobram decisão sobre áreas indígenas

Anúncio de sentença sobre a Reserva Raposa Serra do Sol poderá orientar soluções para conflitos de terras em outras regiões do país, segundo integrantes da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

O SUPREMO TRIBUNAL Federal precisa decidir sobre a demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol para orientar outros casos de conflito de terras entre índios e não índios. A cobrança foi feita ontem em reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) pelos senadores Ana Amélia (PP-RS), Waldemir Moka (PMDB-MS) e Ruben Figueiró (PSDB-MS).

Para Moka, deve valer para todo o país o argumento do STF para manter a reserva e determinar a saída de produtores de arroz, já que em 1988, na promulgação da Constituição, as terras eram ocupadas por índios.

— Quando ficar constatada a necessidade de ampliação de área indígena, deve-se colocar recurso no Orçamento da União para fazer

essa ampliação, desde que o produtor queira — opinou Moka, com apoio de Figueiró.

Ana Amélia fez um apelo ao STF para que ponha “um ponto final nessa questão”.

— Reconhecemos o direito dos indígenas, mas precisamos ver a forma como as demarcações estão sendo feitas — disse, citando risco de conflito no Rio Grande do Sul.

Produtores rurais

Para Moka, os índios estariam sem paciência e os produtores rurais, acuados.

— Há injustiça com a população indígena? Há. É preciso aumentar as reservas? Em alguns casos, sim. Mas essa injustiça não pode ser debitada nas costas de um único segmento, formado pelos produtores rurais — disse.

Ana Amélia relatou

movimento de índios que pedem o arquivamento da PEC 38/1999, que transfere para o Senado a competência para demarcação de terras, e da PEC 215/2000, que inclui a aprovação das demarcações entre as competências exclusivas do Congresso.

Centenas de índios, representando mais de 50 etnias, estão acampados em frente ao Congresso desde segunda-feira e pretendem permanecer até amanhã, quando serão comemorados os 25 anos de promulgação da Constituição.

Eduardo Suplicy (PT-SP) relatou visita ao acampamento, onde conversou com lideranças indígenas. Ele transmitiu aos colegas convite para que todos os parlamentares também possam ir até lá e dialogar com os grupos envolvidos na mobilização.

Comissões votaram 95 projetos em setembro

De acordo com a Secretaria-Geral da Mesa, as comissões e subcomissões do Senado votaram em setembro 95 projetos, 37 dos quais em decisão terminativa (que vão diretamente para a Câmara ou para a Presidência da República, sem necessidade de passar pelo Plenário). No mês, foram 32 audiências públicas para discussão de diversos temas.

Grande parte dos projetos aprovados terá impacto em áreas como saúde, educação e segurança. Um deles reduz a

conta de luz de consumidores de baixa renda, porque os isenta do pagamento do ICMS (PLC 132/2008 — Complementar).

Outro projeto aprovado é o da minirreforma eleitoral, que reduz os gastos de campanha e dá maior transparência ao processo eleitoral e igualdade de condições a todos os candidatos (PLS 441/2012).

Na área da segurança, uma proposta aprovada restringe o benefício da saída temporária somente aos presos que sejam réus primários (PLS 7/2012).

Também foi destaque a aprovação do aumento de multas para quem pratica racha ou manobras perigosas ao volante (PLC 26/2013).

No setor de educação, um dos projetos obriga a manutenção de bibliotecas em todas as escolas públicas da educação básica (PLC 28/2012). Em saúde, foi aprovada uma proposta que proíbe a venda de produtos de tabaco em postos de gasolina, supermercados e outros locais de venda e consumo de alimentos (PLS 139/2012).

Viana quer que arbitragem e mediação sejam votadas logo

Jorge Viana (PT-AC) pediu prioridade na tramitação, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), dos projetos que irão reformular a Lei de Arbitragem e criar a Lei de Mediação Extrajudicial. As alternativas, ressaltou, são necessárias para desafogar o Judiciário e dar mais agilidade aos processos. O senador apontou o grande volume de processos em tramitação no país — 90 milhões — e a entrada de mais 26 milhões de ações judiciais a cada ano.

— Isso equivale a um litígio

para cada dois habitantes do Brasil — explicou.

Viana ressaltou a importância da figura do mediador, que, em vez de tomar uma decisão, estimula um entendimento entre as partes antes que o caso chegue aos tribunais.

— O brasileiro costuma dizer: “Olhe, eu estou em questão com o meu vizinho”. Quantas questões seriam resolvidas e não virariam despesa, empecilho para a celeridade da Justiça? — disse o parlamentar.

Senador comemora oferta de banda larga de qualidade no Acre

Jorge Viana (PT-AC) anunciou na quarta-feira, em Plenário, a assinatura, em Rio Branco, de um termo de cooperação técnica entre o Ministério das Comunicações, a Telebras e o governo do Acre. O acordo tem o objetivo de fazer chegar ao estado internet banda larga por meio de um cabo específico de fibra óptica que será instalado na linha de transmissão de energia elétrica já existente.

De acordo com Viana, a

disponibilização no Acre de internet via cabo de fibra óptica vai melhorar muito a qualidade do serviço no estado, além de baratear o custo para os usuários.



Waldemir Borges Barreto/Agência Senado

— Atualmente, banda larga de 1 gigabyte custa mais de R\$ 400 em Rio Branco. A partir de amanhã [quinta-feira, ontem], com

a chegada da Telebras, novos provedores surgirão e nós vamos ter um custo em torno de R\$ 100 e uma qualidade extraordinária — disse o senador.

Anibal Diniz registra expansão da internet para os acrianos

Anibal Diniz (PT-AC) registrou em Plenário, na quarta-feira, a chegada da internet banda larga ao Acre. O serviço é resultado da parceria entre o governo do estado e o Ministério das Comunicações, por meio da Telebras, com a utilização de fibra óptica para garantir mais qualidade e preço mais baixo.

O senador destacou que o Acre é isolado e enfrenta extremas dificuldades de comunicação, por isso elogiou o

Programa Floresta Digital, um serviço público do governo estadual que disponibiliza acesso grátis à internet, usando conexões sem fio



Anibal Diniz/Agência Senado

por meio de torres de rádio espalhadas pelas cidades e interligadas via satélite. O principal objetivo, segundo Anibal, é promover a inclusão digital

das pessoas, entidades e comunidades. Com a fibra óptica, os usuários do programa terão a velocidade de conexão aumentada.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portella

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos,

João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral: Helder Rebouças

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Projeto aprovado pela Comissão de Agricultura também estabelece abono salarial para empregados domésticos. Proposta segue para a Comissão de Assuntos Sociais



Divulgação/Prefeitura São José das Missões

Trabalhadores contratados por produtor rural poderão ter direito a abono salarial do PIS-Pasep no valor de um salário mínimo por ano. Empregadores passarão a recolher contribuição com base no salário

PIS-Pasep poderá ser pago a trabalhador rural

FOI APROVADO ONTEM, pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), projeto que assegura abono salarial do PIS-Pasep, no valor de um salário mínimo anual, a empregado contratado por pessoa física, como é o caso de empregado doméstico, caseiro e trabalhador rural contratado pelo produtor.

O texto (PLS 165/2012), de autoria de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), modifica a lei que regulamenta o abono salarial (Lei 7.998/1990) para prever que farão jus ao benefício não apenas os empregados de pessoas jurídicas, mas também os de pessoas físicas, contratados nas cidades ou no campo.

A lei já determina que o benefício seja pago apenas a

quem recebe até dois salários mínimos mensais, devendo estar cadastrado no PIS-Pasep há pelo menos cinco anos e ter trabalhado no ano anterior com vínculo empregatício por, pelo menos, 30 dias.

Como fonte para custear o abono, o empregador pessoa física, urbano ou rural, passará a recolher mensalmente a contribuição para o PIS-Pasep, com base no salário pago aos empregados. A medida está prevista no projeto, em artigo que modifica a lei que regulamenta a contribuição (Lei 9.715/1998).

Na justificativa da proposta, Valadares classifica como “odiosa discriminação” o fato de os empregados de pessoas físicas terem sido excluídos do grupo de beneficiários do

abono salarial. Com o projeto, o parlamentar atende demanda de entidades representativas dos trabalhadores rurais, que lutam para que a categoria receba o benefício já pago aos empregados vinculados a pessoas jurídicas.

Em voto favorável, o relator,

Waldemir Moka (PMDB-MS), lembra que a medida estenderá o abono salarial a pelo menos 1 milhão de trabalhadores rurais temporários e a 2 milhões de empregados domésticos.

O projeto segue para análise da Comissão de Assuntos

Sociais (CAS), onde será votado em decisão terminativa.

Jornada de trabalho

Projeto de autoria de Blairo Maggi (PR-MT) que diz respeito à jornada de trabalho de trabalhadores rurais (PLS 208/2012) foi retirado de pauta e enviado à Mesa do Senado, atendendo a requerimento para que a proposta seja examinada também pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), seguindo então para votação final pela CAS.

O projeto, entre outros aspectos, regulamenta jornadas especiais de até 12 horas de trabalho em situações onde há risco de perda de safra por adversidade climática ou ataque de pragas.



Marcos Oliveira / Agência Senado

Texto de Valadares estende direito garantido a empregados de pessoas jurídicas

Paim registra vigília em defesa dos aposentados

Em discurso no Plenário na quarta-feira, Paulo Paim (PT-RS) registrou a vigília feita pela Confederação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil (Cobap) na noite anterior, em frente ao Congresso Nacional. Paim disse que ficou até 3h da manhã na manifestação, que reuniu cerca de 500 idosos.

De acordo com o senador, o movimento cobra uma política de reajuste para aposentados e pensionistas que acompanhe o crescimento do salário mínimo. A Cobap pede a reposição das perdas salariais e o fim do fator previdenciário.

Paim defendeu o Projeto de Lei do Senado (PLS) 250/2005, de autoria dele, que trata da aposentadoria especial para o servidor público com deficiência. O senador disse que não entende a “enrolação” e por que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) não vota a matéria. Na opinião de Paim, é justa a definição de critérios diferentes para a aposentadoria do servidor com deficiência.



Waldemir Barreto / Agência Senado

Waldemir Moka relata trabalho em comissão

Em pronunciamento ontem, o presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Waldemir Moka (PMDB-MS), relatou os trabalhos realizados pela comissão no dia anterior. O parlamentar destacou o início do debate sobre o financiamento da saúde pública. Os quatro projetos que tramitam em conjunto sobre o assunto devem ser votados na próxima semana.

— Tenho a convicção de que o Programa Mais Médicos é nitidamente de caráter emergencial e não irá resolver o problema. A interiorização da saúde somente será resolvida com uma política para o setor e, claro, mais recursos — opinou.

O senador comemorou a aprovação de projeto de lei de autoria dele que destina para as áreas de saúde e educação os recursos oriundos da corrupção repatriados do exterior (PLS 303/2013). De acordo com Moka, o Ministério da Justiça informou que R\$ 3 bilhões já foram bloqueados para retornarem ao país.

Por fim, o senador destacou a aprovação do PLC 34/2013, que obriga os hospitais públicos e privados a prestar cuidados de saúde bucal aos pacientes neles internados.

Walter Pinheiro defende mais recursos para saúde

Em discurso no Plenário ontem, Walter Pinheiro (PT-BA) apoiou a busca de mais recursos para a saúde. O senador lembrou que, na terça-feira, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve votar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 22A/2000, que trata do orçamento impositivo. Um dos temas em debate é a destinação de 50% das emendas parlamentares para a área de saúde.

Pinheiro demonstrou preocupação com a política de gestão da saúde nos municípios. De acordo com o senador, é preciso pensar em garantias para a execução orçamentária municipal. Ele pediu uma maior fiscalização dos municípios, como forma de garantir a qualidade na aplicação dos recursos e uma melhor prestação de serviços públicos à população. O parlamentar elogiou o Programa Mais Médicos, do governo federal, mas defendeu ajustes, como um maior acesso a remédios e equipamentos para tratamento de saúde.



Waldemir Barreto / Agência Senado

Lídice alerta para avanço da anemia falciforme

Lídice da Mata (PSB-BA) comentou em Plenário na quarta-feira o debate na Câmara Municipal de Salvador a respeito do projeto de Waldemir Moka (PMDB-MS) que concede benefícios para portadores de doenças hereditárias associadas a fatores raciais, com ênfase para a anemia falciforme. A senadora lamentou a ausência de recursos para diagnóstico precoce da doença, que não tem cura e atinge principalmente a população afrodescendente.

Ela chamou a atenção para a importância do teste do pezinho para a identificação imediata da anemia falciforme e do tratamento adequado — conforme os dados que apresentou, 80% dos portadores que não recebem tratamento morrem antes dos cinco anos — mas em apenas 18 estados o Sistema Único de Saúde (SUS) tem meios de identificar a doença.

— A doença avança em todo o Brasil, inclusive em estados onde a população negra é menor — alertou a parlamentar.



José Luiz / Agência Senado

Ferraço avaliou que a recente eleição do ex-presidente Lugo para o Senado mostra que país vizinho se encontra em plena democracia e disse que decisão de suspender Paraguai do bloco foi ideológica

Senadores defendem volta do Paraguai ao Mercosul

PARA RICARDO FERRAÇO (PMDB-ES), o Brasil agiu de forma precipitada ao apoiar a suspensão do Paraguai do Mercosul. O senador, que preside a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), lamentou que o governo brasileiro tenha agido “a reboque do voluntarismo de outras nações sul-americanas, motivadas pelos interesses mais imediatos de uma aliança ideológica”.

Outros senadores também creem que é hora de o Paraguai voltar para o Mercosul. Osvaldo Sobrinho (PTB-MT) disse que os brasileiros devem “tratar com carinho” os paraguaios. Ana Amélia (PP-RS) manifestou satisfação pelo fato de o Paraguai ter aceitado a “mão estendida” do Brasil — nesta semana, o novo presidente do país vizinho, Horacio Cartes, esteve em Brasília. E Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que a eleição de Cartes “abre caminho para o diálogo”.

O Paraguai foi suspenso do Mercosul no ano passado, após o impeachment do então presidente, Fernando Lugo,



Ricardo Ferraço (D) cumprimenta diplomatas indicados para assumir embaixadas

num movimento político considerado muito rápido e pouco democrático pelos demais países do Mercosul.

Lugo acaba de eleger-se senador no Paraguai, no mesmo pleito que levou Cartes ao poder. A participação de Lugo nas eleições, para o presidente da comissão, é um “atestado cabal” da normalização democrática do país vizinho.

— Nós nos precipitamos e erramos em nossas avaliações. Espero que, no exercício de reflexão que o Brasil venha a fazer sobre o episódio, agora sem as pressões da situação mal resolvida, tenha destaque a preocupação de entender

por que, naquela crise, em vez de liderarmos o processo, seguimos nossos vizinhos mais radicais e ideológicos — afirmou Ferraço.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) discordou. Para ela, o Brasil e os demais membros do Mercosul não erraram. Agora, após a posse do novo presidente, argumentou, é o momento adequado para o reingresso do Paraguai no bloco.

Em resposta, Ferraço disse que o que interessa é “olhar pelo para-brisa, e não pelo retrovisor”, e fortalecer o Mercosul no momento de negociações de um acordo comercial com a União Europeia.

Vão a Plenário indicações para Romênia e Barbados

Após sabatinas, a Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem Eduardo Augusto Ibiapina de Seixas para a embaixada na Romênia e Luiz Gilberto Seixas de Andrade para o cargo em Barbados. Os dois serão agora avaliados pelo Plenário.

Nas relações com a Romênia, disse Ibiapina, petróleo e biocombustíveis estão entre as atividades que poderão estar no topo da agenda. Uma missão de empresários romenos já visitou o Brasil para conhecer melhor as oportunidades no setor.

O indicado para Barbados lembrou que uma das áreas com maior potencial no relacionamento bilateral com aquele país é a da cooperação técnica, especialmente em áreas como produção de etanol e combate à aids.

A CRE aprovou também a realização de três audiências públicas: uma sobre integração elétrica entre Brasil e demais países da América do Sul, outra sobre acordo entre o Mercosul e a União Europeia e a terceira sobre questões fronteiriças entre o Amapá e a Guiana Francesa.

Romênia

- » Área: 238.391 km²
- » Capital: Bucareste
- » População: 21,4 milhões
- » PIB per capita: US\$ 7.935
- » Exportações brasileiras: US\$ 338,1 mi
- » Importações brasileiras: US\$ 301,6 mi

Barbados

- » Área: 431 km²
- » Capital: Bridgetown
- » População: 278 mil
- » PIB per capita: US\$ 16.152
- » Exportações brasileiras: US\$ 16,2 mi
- » Importações brasileiras: US\$ 1,39 mi

Fonte: Ministério das Relações Exteriores

Aloysio quer mais dados de indicados

Para evitar que autoridades indicadas pelo presidente da República omitam dos próprios currículos informações de cargos com vínculo político, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) apresentou projeto de resolução (PRS 73/2013) sugerindo novos requisitos para a avaliação pelo Senado.

Pela proposta, o Regimento Interno será alterado para obrigar a inclusão de informações detalhadas dos 15 anos anteriores. O indicado terá de informar órgãos e autoridades a quem serviu. Não



Waldemir Barreto/Agência Senado

poderá só dizer que atuou em uma assembleia legislativa, mas informar se estava lotado em gabinete parlamentar.

O senador anunciou na semana passada que pretende ouvir o presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Vinicius

Marques de Carvalho, sobre o fato de ter omitido vínculos políticos em pelo menos quatro currículos oficiais, como o cargo de chefe de gabinete, entre 2003 e 2004, do deputado estadual Simão Pedro (PT-SP).

Randolfe: demissão na ANS embaraça Senado

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) afirmou que a recomendação da Comissão de Ética da Presidência da República pela demissão de Elano Figueiredo, um dos diretores da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), causa embaraços ao Senado.

A comissão decidiu anteontem que Figueiredo não teve conduta ética e deveria ser demitido por omitir em seu currículo enviado ao governo e ao Senado — onde foi sabatinado e aprovado — que trabalhou para empresas



Waldemir Barreto/Agência Senado

de planos de saúde, como denunciou a imprensa. Ele ocupava o cargo desde agosto e pediu demissão ontem.

Randolfe lembrou que o PSOL chegou a protocolar um requerimento pedindo a anulação da sabatina realizada no Senado, mas o pedido foi ignorado. Em decorrência disso, avaliou, a Comissão de Ética de outro Poder passa a dizer ao Senado o que é ético ou não.

— É um constrangimento pelo qual o Senado não precisava passar.

O SENADO VOTOU. AGORA É LEI
Retirada e reconstrução da mama em uma só cirurgia
Lei 12.802/2013

O tratamento do câncer de mama não precisa deixar essa marca

O Congresso Nacional aprovou a lei que obriga o SUS a fazer a retirada e a reconstrução da mama afetada em uma só cirurgia, quando não houver contraindicações. Uma medida que valoriza a autoestima da mulher.

Saiba mais em:
www.senado.leg.br/agoraelei